

MGE TRANSMISSÃO S.A.
NIRE 33.3.0029269-1
CNPJ/MF 11.638.929/0001-67
("Companhia")

ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 37ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2022.

- I. **Data, Hora e Local:** Em 31 de março de 2022, às 13:30 horas, em ambiente virtual, em razão das medidas de isolamento que visam conter a proliferação do novo Coronavírus – Covid-19.
- II. **Quórum:** Presentes as Acionistas representando a totalidade do capital social.
- III. **Convocação:** Dispensada a publicação dos avisos às Acionistas e dos editais de convocação nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº. 6.404/76, tendo em vista o comparecimento das Acionistas representando a totalidade do capital social.
- IV. **Publicações:** Na forma prevista no artigo 289 da Lei 6.404/1974, cuja redação foi alterada pela Lei nº. 13.818/2019, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social de 2021 e o Relatório dos Auditores Independentes foram publicados na versão impressa do jornal Diário do Acionista, no periódico correspondente aos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2022, e 1º e 2 de março de 2022, nas páginas 9, 10 e 11, bem como na versão eletrônica do referido jornal, localizada através do seguinte endereço eletrônico: https://diariodoacionista.com.br/wp-content/uploads/2022/02/26_02_2022_-_MGE_TRANSMISSAO_S_A_-_CNPJ_11638929000167_-_DEMONSTRACOES_FINANCEIRAS.pdf
- V. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela **Sra. Marcela Britto Correa Figueiró** e secretariados pelo **Sr. Filipe Santos Oliveira**.
- VI. **Ordem do Dia:** I. Em Assembleia Geral Ordinária: discussão e aprovação **(a)** das contas dos administradores, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021, auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, bem como do Relatório de Administração; **(b)** sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; e **(c)** pagamento de dividendos. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: discussão e aprovação **(a)** da remuneração global anual dos administradores da Companhia.

VII. Deliberações:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (a) Aprovar, conforme recomendação deliberada pelos membros do Conselho de Administração na 141ª RCA, realizada no dia 15 de fevereiro de 2022, por unanimidade dos presentes, sem reservas ou restrições, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021;
- (b) Aprovar, por unanimidade dos presentes, conforme recomendação deliberada pelos membros do Conselho de Administração na 141ª RCA, realizada no dia 15 de fevereiro de 2022, a destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 76.060.724,74, por meio da constituição de: (i) absorção de prejuízos de exercícios anteriores; (ii) reserva legal; (iii) dividendos obrigatórios; e (iv) reserva de lucro, conforme descrito a seguir:
- (i) R\$ 13.061.739,32, para absorção de prejuízo de exercícios anteriores;
- (ii) R\$ 3.149.949,27, para Reserva Legal;
- (iii) R\$ 14.962.259,04, a título de dividendos obrigatórios, correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado do exercício de 2021, a ser pago às Acionistas tão logo a situação financeira da Companhia permita; e
- (iv) R\$ 44.886.777,11, para a conta de Reserva de Lucros, conforme proposta da Administração.
- (c) Aprovar, por unanimidade dos presentes, conforme recomendação deliberada pelos membros do Conselho de Administração na 141ª RCA, realizada no dia 15 de fevereiro de 2022, o pagamento de até R\$ 16.500.000,00 (dezesesseis milhões e quinhentos mil reais), a título de dividendos obrigatórios, sendo R\$ 6.461.815,46 (seis milhões quatrocentos e sessenta e um mil oitocentos e quinze reais e quarenta e seis centavos) constituídos em exercícios anteriores, não pagos até a presente data, e R\$ 10.038.184,54 (dez milhões, trinta e oito mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) deduzidos dos dividendos obrigatórios constituídos no exercício de 2021, a ser realizado até 31 de dezembro de 2022, caso o caixa da Companhia permita.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(a) Aprovar, por unanimidade dos presentes, conforme recomendação deliberada pelos membros do Conselho de Administração na 141ª RCA, a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2022, no limite de **R\$ 492.745,65 (quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)**, resultado da correção monetária do pró-labore praticado no ano anterior pela variação do IPCA no período.

(a.1) Além do pagamento do pró-labore, os Diretores da Companhia farão jus ao Seguro Saúde/Odontológico, Seguro de Vida, Ticket Alimentação/Refeição e ao pagamento das passagens aéreas para o exercício de suas atividades na sede ou nas filiais da Companhia. Caso o Diretor não seja aceito nos contratos de seguro (vida e saúde/odontológico) ou opte por contratá-los de forma direta, as referidas despesas poderão ser reembolsadas pela Companhia, mediante a comprovação da respectiva despesa, cujo limite será o valor praticado pelos seguros contratados pela Companhia para segurados na faixa etária do respectivo Diretor.

(a.2) Todos os Administradores, Conselheiros e Diretores estão cobertos pelo Seguro de Responsabilidade Civil (D&O), cujos custos serão suportados pela Companhia.

(a.3) Em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas em vigor, registra-se a recomendação ao Conselho de Administração para que este, na individualização dos valores referentes à remuneração anual dos administradores, atribua aos seus membros remuneração equivalente a 10% (dez por cento) do valor da remuneração base do Diretor Administrativo-Financeiro.

VIII. Encerramento: Após tomadas e aprovadas as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela pudesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, na forma de sumário, como faculta o artigo 130, §1º, da Lei n°. 6.404/76, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

IX. **Assinaturas:** Sra. **Marcela Britto Correa Figueiró**, Presidente da Mesa; Sr. **Filipe Santos Oliveira**, Secretário da Mesa; **Acionistas:** p. **Furnas Centrais Elétricas S.A.** e p. **Gebbras Participações LTDA.**

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

MARCELA BRITTO
CORREA
FIGUEIRO:94594686087

Assinado de forma digital por
MARCELA BRITTO CORREA
FIGUEIRO:94594686087
Dados: 2022.04.14 12:00:20 -03'00'

Marcela Britto Correa Figueiró
Presidente da Mesa

FILIFE DOS SANTOS
DE OLIVEIRA

Assinado de forma digital por
FILIFE DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Dados: 2022.04.04 17:35:33 -03'00'

Filipe Santos Oliveira
Secretário da Mesa

Acionistas:

CAIO POMPEU DE
SOUZA BRASIL
NETO:9529404077
8

Digitally signed by
CAIO POMPEU DE
SOUZA BRASIL
NETO:95294040778
Date: 2022.04.10
11:28:52 -03'00'

CLAUDIA DE
BARROS
COTIA:5531
8142753

Assinado de forma
digital por CLAUDIA
DE BARROS
COTIA:55318142753
Dados: 2022.04.10
11:11:00 -03'00'

Furnas - Centrais Elétricas S.A.

MARCELA BRITTO
CORREA
FIGUEIRO:94594686087

Assinado de forma digital por
MARCELA BRITTO CORREA
FIGUEIRO:94594686087
Dados: 2022.04.14 12:00:52
-03'00'

Gebbras Participações LTDA.



MGE TRANSMISSÃO S/A
CNPJ: 11.638.929/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - CARTA DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à devida apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade...

1. HISTÓRICO: A MGE Transmissão S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, e seus propósitos são específicos (SPE), desde 03 de fevereiro de 2010, cuja atividade operacional concentra-se na transmissão de energia elétrica...

Table with columns: Ativo, Nota explicativa, 31.12.2021, 31.12.2020. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber, etc.

Table with columns: Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais), 31.12.2021, 31.12.2020. Rows include Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício, Total do resultado abrangente do exercício.

Table with columns: Notas explicativas, Capital social, Reserva legal, Reservas de lucros, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2019, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021.

1.1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A MGE Transmissão S.A. ("MGE" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, onada pelo consórcio MGE atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. (42%), e Gebrbras Participações Ltda. (51%), vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 009/2010. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizadas nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo...

acionária: Furnas Centrais Elétricas S/A ("Furnas") com 49,0% de participação e GEBRBRAS Participações Ltda. (TDA, com 51% de participação.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita Operacional Bruta (R\$ mil), Receita Operacional Líquida (R\$ mil), Resultado Financeiro (R\$ mil), Lucro/(Prejuízo) líquido do Exercício (R\$ mil), Alíquo Total (R\$ mil), Dívida Bruta (R\$ mil), Dívida Líquida (R\$ mil) (*), Patrimônio Líquido (R\$ mil).

Table with columns: Taxa anual de juros, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include BNDES Subcrédito A (TJLP + 2,03% a.a.), BNDES Subcrédito B (TJLP + 1,63% a.a.), BNDES Subcrédito C (TJLP), Capital de Giro - Banco Itaú (9,64% a.a.), BNDES Subcrédito A (IPCA + 3,67% a.a.), BNDES Subcrédito B (IPCA + 3,67% a.a.), Total Circulante, Não circulante.

Table with columns: Nota explicativa, 31.12.2021, 31.12.2020. Rows include Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Impostos correntes a pagar, Obrigações estimadas, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar, Total do passivo circulante, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos diferidos, Provisão para fiscais, Total do passivo não circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Prejuízos acumulados, Reserva de lucros, Total do patrimônio líquido, Total do patrimônio líquido e total do passivo.

Table with columns: Notas explicativas, Capital social, Reserva legal, Reservas de lucros, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2019, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021.

Impactos significativos quanto à recuperabilidade dos investimentos nos negócios no longo prazo da Companhia. Com base nessas premissas, a Companhia revisou suas bases contábeis e não observou impactos projetados relevantes para o exercício de 2022. 2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2021, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. 2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de janeiro de 2022. 2.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.5 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: (i) Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. (ii) Reconhecimento do ativo de contrato: A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. (iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato: A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito de receber, a quantia registrada no ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. 3. Principais práticas contábeis: A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: a. Receita operacional: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando o cliente e a entidade satisfaz as obrigações de desempenho assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual tem direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a. Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo ajustada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b. Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data do início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c. Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa à não interrupção da disponibilidade dessas instalações. b. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (i) Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendem as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". Valor justo por meio do

4. CAPITAL SOCIAL: O capital social autorizado é de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais). O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 278.231.800,00 (duzentos e setenta e oito milhões duzentos e trinta e um mil e oitocentos reais), representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição do capital social por acionistas era a seguinte:

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include Quantidade de ações ordinárias, % do capital, Valor, Acionistas, Furnas Centrais Elétricas S.A., Gebrbras Participações Ltda., Total.

5. AUDITORES INDEPENDENTES: Nos termos da Instrução CVM nº 306/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informacionais contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente. A Administração:

Table with columns: Nota explicativa, 31.12.2021, 31.12.2020. Rows include Receita líquida, Custo de construção, Custo de operação e manutenção, Lucro bruto, Despesas gerais e administrativas, Remuneração do pessoal, Remuneração dos administradores, Serviços de terceiros, Outras receitas e despesas operacionais, Total das despesas gerais e administrativas, Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Lucro antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social, Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício, Resultado por ação - em reais.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Table with columns: Nota explicativa, 31.12.2021, 31.12.2020. Rows include Fluxo de caixa de atividades operacionais, Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício, Ajustes de: PIS e COFINS diferidos, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Depreciação, Remuneração do ativo de contrato, Receita de construção, Rendimentos de aplicações financeiras, Juros sobre empréstimos e financiamentos, (Aumento) redução nos ativos operacionais, Contas a receber (Ativo de contrato), Concessionárias e permissionárias, Outros créditos e outros ativos, Aumento (redução) nos passivos operacionais, Fornecedores, Impostos correntes a pagar, Obrigações estimadas, Outras contas a pagar, Juros pagos, Imposto de renda e contribuição social pagos, Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Aplicações financeiras, Aquisição de imobilizado, Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Captação de empréstimos, Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal, Dividendos pagos, Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades de financiamento, Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa, Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa, Saldo final de caixa e equivalentes de caixa, Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Table with columns: 31.12.2021, 31.12.2020. Rows include Receitas, Receitas relativas a operação e manutenção, Receitas relativas à construção, Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato, Receitas relativas a ganho na alienação de materiais, Insumos adquiridos de terceiros, Materiais, serviços de terceiros e outros - referente à construção, Materiais, serviços de terceiros e outros, Valor adicionado bruto, Depreciação e amortização, Valor adicionado líquido produzido pela Companhia, Valor adicionado recebido em transferência, Receitas financeiras, Valor adicionado total a distribuir, Passivo, Remunerações, Férias e 13º Salário, Encargos sociais (Exceto INSS), Benefícios, Administradores, Impostos, taxas e contribuições, INSS (Sobre folha de pagamento), ICMS, PIS/COFINS s/retentamento, Tributos sobre o lucro, Obrigações intra-setoriais, Outros, Remuneração de capitais de terceiros, Encargos de dívida e variação monetária, Outras, Remuneração de capitais próprios, Lucro retido do exercício, Dividendos, Valor adicionado distribuído.

resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria compreendem as seguintes contas: "Aplicações financeiras". (ii) Passivos financeiros: Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendem "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Empréstimos e financiamentos", "Dividendos" e "Obrigações Estimadas". c. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. d. Concessionárias e permissionárias: Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL). e. Ativo de contrato: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, a medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois não há mais além do passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. f. Despesas anteci-



MGE TRANSMISSÃO S/A
CNPJ: 11.638.929/0001-67

padas: Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices. g. Demais ativos circulante e não circulante: São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. h. Passivos circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. i. Impostos e contribuições: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social comente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%. Quando aplicável, os impostos sobre o lucro e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. j. Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment"): A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofrerem alguma perda por redução do valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução do valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e civis: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). l. Resultado por ação: O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia. m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"): A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. n. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação complementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2021: No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: d. Dividendos a pagar (Furnas Centrais Elétricas, Gebbras Participações, Total), 9 Fornecedores (Mapa Construtora, Schneider Electric, Furnas, ABB, Siemens, Gnd Solutions, Cotisa, Engelinhas, SVA Segurança, Outros, Total), 10 Empréstimos e financiamentos (BNDES Subcrédito A, BNDES Subcrédito B, BNDES Subcrédito C, BNDES Subcrédito D, BNDES Subcrédito E, BNDES Subcrédito F, BNDES Subcrédito G, BNDES Subcrédito H, Total, Circulante, Não circulante).

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: 18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos (Natureza dos tributos, PIS diferido, COFINS diferido, IRPJ diferido, CSLL diferido), b. PIS e COFINS - Deduções da receita (Receita anual permitida (RAP), Alíquota de PIS e COFINS, Imposto corrente no resultado, Receita de remuneração e construção do ativo de contrato, Base de cálculo do imposto diferido, Alíquota de PIS e COFINS, Valores de PIS e COFINS, Base de PIS/COFINS diferidos, Imposto diferido no resultado, PIS e COFINS dedução da receita).

a. Composição Taxa anual de juros 31/12/2021 31/12/2020
TJLP + 2,03% a.a. 45.045 53.889
TJLP + 1,63% a.a. 7.962 9.526
TJLP 266 318
Capital de Giro - Banco Itaú 32 59
BNDES Subcrédito A IPCA + 3,67% a.a. 21.932 20.098
BNDES Subcrédito B IPCA + 3,67% a.a. 22.114 20.098
Total 97.351 103.988
Circulante 13.349 13.014
Não circulante 84.002 90.954
A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir: Saldo em 31 de dezembro de 2019 66.379
Captação de empréstimos 38.977
Provisões de juros 5.585
Juros pagos (2.190)
Amortização de principal (4.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 103.988
Provisões de juros 9.732
Juros pagos (4.696)
Amortização de principal (11.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 97.351

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: c. Imposto de renda e contribuição social (Receita Anual Permitida (RAP), Percentual de presunção, Lucro presumido, Receitas financeiras, Outras receitas, Base de cálculo, Alíquota do imposto de renda e da contribuição social, Valores do IRPJ e da CSLL Adicional de 10% - IRPJ, Imposto corrente no resultado, Receita de remuneração e construção do ativo de contrato, Base de cálculo do imposto diferido, Percentual de presunção, Base presumida, Alíquota do imposto de renda e da contribuição social, Valores do IRPJ e da CSLL, Base de IRPJ/CSLL diferidos, Imposto diferido no resultado, Total do imposto de renda e contribuição social no resultado), 19 Custos: a. Custos de construção (Referem-se à implantação de reforços em instalações de transmissão de sua responsabilidade, referente a Relocação de banco de reatôres de linha - 136 MVAr (3+1x45.33) para a barra da SE Viana 2 e instalação do 2º banco de autotransformadores 500/345 kV, as obras foram iniciadas em agosto de 2019 e entrou em operação comercial total no segundo trimestre de 2021. Os custos representam essencialmente os valores pagos às empresas contratadas para a construção da ampliação e os demais custos menores, tais como gastos com projetos, meio ambiente, fundiário, etc. Em 31 de dezembro de 2021 R\$7.002 (Em 2020 R\$30.505). b. Custos de operação e manutenção (Pessoal, Material, Serviços de terceiros, Arrendamentos e alugueis, Seguros, Provisão para litígios, Outros custos de operação e manutenção, Total do custo de operação e manutenção), 20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros (Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021, Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020).

b. Cronograma de pagamento não circulante 2023 13.349
2024 13.349
2025 a 2027 57.304
Total 84.002
c. Garantias: Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cede fiduciariamente, por meio da "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 006/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: OCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenções Furnas e Gebbras deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irrenunciável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. d. Covenants: O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de resgate em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (covenants) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,30 a Companhia precisará manter uma conta reserva de resgate de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,30 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de covenant.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar, Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: 11 Outras contas a pagar (Pesquisa e desenvolvimento - P&D, RGR, Taxa de fiscalização, Acordo arbitragem, Antecipação Aviso de Crédito, Outros, Total), 12 Provisão para riscos: A Companhia está envolvida em processos civis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

Table with 3 columns: Risco, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows include: Provável (a), Possível (b), Total.

a. Processos prováveis: Composto principalmente por um processo administrativo de R\$184 (valor atualizado) referente à suposto débito de IPTU junto ao município de Viana e por processos de instituição de serviços no montante de R\$253 (valor atualizado). b. Processos possíveis: compõe-se principalmente de um processo de R\$178 (valor atualizado) referente à cobrança de multa de imposto ISSQN na qualidade de substituto tributário, sendo o valor remanescente pulverizado. 13 Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Lucro líquido do exercício, Absorção de prejuízos, Reserva legal (5%), Lucro líquido do exercício ajustado, Dividendo mínimo obrigatório (25%), Reserva de retenção de lucros, A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir: Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2020, Constituição reserva de lucros, Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2021.

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 5.000, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir: Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2020, Pagamento de dividendos, Dividendos mínimos obrigatórios, Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: 14 Resultado por ação (Lucro/Prejuízo líquido do exercício, Quantidade de ações ordinárias ponderadas (em milhares), Resultado por ação ordinária ponderada (em reais)), 15 Receita líquida (Receita de remuneração do ativo de contrato, Receita de construção, Receita de operação, Receita bruta, (-) PIS e COFINS, (-) Encargos regulatórios, Receita líquida), 16 Despesas gerais e administrativas (Pessoal, Administradores, Material, Serviços de terceiros, Arrendamentos e alugueis, Seguros, Tributos, Depreciação, Outras despesas e receitas operacionais, Total do custo de operação e manutenção).

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: 17 Resultado financeiro (Receitas financeiras, Rendimento de aplicações financeiras, Outras receitas financeiras, Despesas financeiras, Juros e empréstimos e financiamentos, Atualizações monetárias, Outras despesas financeiras, Total do resultado financeiro).

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Remuneração, Encargos e benefícios, Total, c. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor junto ao BNDES é de R\$97.351 (R\$103.909 em 31 de dezembro de 2020).

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar, Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar.

Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos. c. Gerenciamento de riscos: A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. (i) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao risco de crédito, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). (ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. (iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Riscos relacionados às aplicações financeiras: A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. Riscos relacionados à taxa de juros: Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP). d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: As operações da Companhia são indexadas predominantemente por taxas prefixadas e atreladas a variação do CDI e da TJLP. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas atuadas em 31 de dezembro de 2021, avaliando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variação de risco CDI e TJLP, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no site do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2020, Pagamento de dividendos, Dividendos mínimos obrigatórios, Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2021.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar, Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar.

Table with 2 columns: 31/12/2021 and 31/12/2020. Rows include: Caixa e Equivalente de caixa, Aplicações financeiras, Concessionárias e permissionárias, Contas a receber (Ativo de contrato), Outros créditos, Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Outras contas a pagar.

21 Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2021 é como segue: Valor Segurado, Vigência, Administradores, Risco operacional, Responsabilidade civil geral, 22 Meio Ambiente: As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

José Mauro Martins Leone: Diretor Administrativo Financeiro; Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S - Leandro Borges Jordão - Contador -CRC GO-001605/O

MGE TRANSMISSÃO S/A CNPJ: 11.638.929/0001-67	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da MGE Transmissão S.A.: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MGE Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança</p>	<p>razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequadas. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2022. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 F RJ; Diego Weller da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3</p>

País

USO DA RECEITA

STF envia à PGR notícia-crime contra Flávio Bolsonaro

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski enviou notícia-crime contra o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro (PL), à PGR (Procuradoria-Geral da República). O parlamentar é acusado de ter mobilizado servidores da Receita Federal a fim de tentar encontrar provas de que suposto vazamento de dados pessoais dele tenha da-

do início às investigações sobre esquema de desvio de salário de assessores na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro).

O filho do presidente Jair Bolsonaro teria buscado a ajuda da Receita para tentar reunir provas com o intuito de anular as investigações da suspeita de que ele tenha liderado uma organização criminosa para recolher parte do salário de seus ex-funcionários em benefício próprio.

A prática, conhecida como "rachadinha", consiste na exigência feita a assessores parlamentares de entregarem parte de seus salários ao parlamentar.

A Receita não confirma a apuração realizada a pedido de Flávio.

Mas documentos obtidos pelo jornal Folha de S.Paulo por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que, de outubro de 2020 a fevereiro de 2021, o órgão deslocou dois

auditores fiscais e três analistas tributários para fazer a apuração.

Em petição entregue ao então secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto, o senador afirma ainda que a suposta violação da qual teria sido vítima representa um "imenso risco à estabilidade das mais diversas instituições do país", entre elas a Presidência da República e a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

CASA DA MÃE JOANA

Na 4ª troca de direção, PF vira joguete no governo Bolsonaro

MARIANNA HOLANDA E MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) trocou nesta sexta-feira o diretor-geral da Polícia Federal.

Em edição extra do Diário Oficial da União, saiu a exoneração de Paulo Gustavo Mauirino e a nomeação de Márcio Nunes de Oliveira.

A troca surpreendeu auxiliares palacianos e aliados do governo. Segundo a Folha apurou, trata-se de uma escolha do ministro da Justiça, Anderson Torres. A PF está sob sua alçada na pasta.

Nunes era, até então, secretário-executivo de Torres. No Twitter, o ministro da Justiça, Anderson Torres, disse que Mauirino irá assumir o comando da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas.

A troca no comando da PF é uma demonstração de força do ministro, que entrou no governo em março do ano passado, quando André Mendonça deixou a pasta. Torres era secretário de Segurança Pública do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha.

Com a mudança, será o quarto diretor-geral que assume a corporação e a quinta nomeação do presidente. Houve ainda um delegado que chegou a ser nomeado, mas não assumiu. Bolsonaro tentou colocar o aliado Alexandre Ramagem no cargo, mas foi impedido pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Neste mês de fevereiro de 2022, uma decisão de Mauirino de rebater declarações do ex-ministro e presidencialista Sergio Moro (Podemos) empurrou a instituição para dentro do debate eleitoral.

BOLSONARISMO

Moraes bloqueia perfis do Telegram e ameaça retirar aplicativo do ar

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), ameaça em decisão dada nesta sexta-feira, bloquear o Telegram pelo prazo inicial de 48 horas, além de aplicar multa ao aplicativo de mensagens de origem russo, caso não haja a suspensão de alguns perfis de usuários.

O alerta vem em despacho em que Moraes pede bloqueio de alguns perfis na plataforma, o que deverá ocorrer no prazo de até 24 horas. O ministro é relator do inquérito sobre as milícias digitais na Corte.

"A efetivação da determinação judicial de bloqueio (dos perfis) deverá ocorrer no prazo máximo de 24 horas, sob pena de suspensão dos serviços do

Telegram no Brasil, pelo prazo inicial de 48 horas", diz o ministro na decisão.

Ele também estipula multa diária de R\$ 100 mil por perfil indicado e não bloqueado no prazo fixado. O ministro pede o encaminhamento urgente da decisão à Polícia Federal. O Paineis não conseguiu esclarecer quais são os perfis com pedido de bloqueio, nem o número.

O Telegram, bastante usado por bolsonaristas, não tem sede no Brasil, apenas um escritório de representação comercial no Rio de Janeiro, como revelou a Folha.

Um projeto de lei em tramitação no Congresso prevê que ele seja suspenso caso não colabore com as autoridades brasileiras. Também pode haver uma decisão judicial nesse sentido.

BAHIA

Lula dá aval a Otto Alencar, PT se rebela e pressiona Wagner

CATIA SEABRA E JOÃO PEDRO PITOMBO/FOLHAPRESS

No mesmo dia em que o senador Jaques Wagner informou à bancada petista que não quer ser candidato na eleição deste ano, o senador Otto Alencar (PSD) indicou a aliados que até poderá aceitar a missão de concorrer ao Governo da Bahia, desde que tenha estrutura e a base unificada em torno de seu nome.

O senador do PSD já tem o aval do ex-presidente Lula (PT), que afirmou que Otto pode ser candidato ao que quiser que terá o seu apoio. Mas enfrenta as arestas de uma base que rachou após recuo de Wagner e a decisão do governador Rui Costa (PT) de ser candidato ao Senado. A aliados Otto tem lembrado a necessidade de unidade e organização para lançamento de uma candidatura dessa magni-

tude. E tem repetido que não se preparou para ser candidato a governador, mas sim a senador.

Para piorar o cenário, parte da bancada do PT iniciou uma rebelião contra a candidatura de Otto, com declarações públicas que reafirmam o nome de Jaques Wagner ao governo.

Wagner anunciou nesta quinta-feira em reunião com deputados federais e estaduais do PT que não quer ser candidato - seu mandato no Senado vai até fevereiro de 2027. Dias antes, ele já havia anunciado sua decisão ao ex-presidente Lula.

A conversa com os deputados gerou reações duras, com declarações públicas contra a candidatura de Otto: "Eu acho que essa tese é uma grande barbearagem política, no meu ponto de vista. O nome que unifica todos os partidos é o de Wagner", disse o deputado federal Valmir Assunção (PT).

ANS

Ocupação de leitos para Covid foi de 61% em janeiro

O Boletim Covid-19 de fevereiro da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) mostrou que proporção de leitos destinados para atendimento à doença nos hospitais da amostra voltou a crescer, interrompendo a tendência de queda observada desde abril de 2021. O material com dados sobre o comportamento do setor de planos de saúde durante a pandemia foi publicado nesta sexta-feira.

"A ocupação de leitos de UTI para casos de Covid-19 apresentou aumento significativo em janeiro de 2022, passando de 44% para 61%. Já a ocupação de leitos de UTI para demais procedimentos mantém tendência de estabilidade que vem sendo observada desde março de 2021, tendo ficado em 75% no mês de janeiro", informou a ANS. As informações são da Agência Brasil.

A taxa mensal geral de ocupação de leitos, que engloba tanto atendimento à Covid como demais procedimentos, ficou em 73% em janeiro de 2022.

DETRAN

PF descobre esquema que clonou 3.300 viaturas do EB

Uma investigação da Polícia Federal fez com que 95 servidores do Detran, sendo 85 de São Paulo, fossem afastados de suas funções, sob a suspeita de terem contribuído para clonagem de 10 mil veículos, sendo 3.300 do Exército brasileiro.

A investigação da PF aponta que as fraudes veiculares, consideradas crimes federais, geraram um prejuízo de R\$ 500 milhões.

O Detran de São Paulo afirmou, em nota, ter afastado todos os servidores assim que informado sobre as supostas irregularidades.

Além dos profissionais, também foram inativados 20 despachantes e suspensos os serviços de uma empresa responsável por realizar laudos de vistoria para o órgão.

A PF afirma investigar desde o fim de 2020 supostas clonagens de veículos, com suspeitos em 11 estados. Foram cumpridos, na quinta-feira passada, 82 mandados de busca e apreensão, além de seis de prisão. A ação contou com apoio da PRF (Polícia Rodoviária Federal).

Ao todo, cinco pessoas foram presas até o momento. Os locais

das detenções não foram informados. Carros de luxo, dinheiro e documentos também foram apreendidos. A instituição investiga a origem deles.

O delegado da Polícia Federal Elmer Coelho Vicenzi afirmou que o Exército ajudou a identificar as viaturas operacionais emplacadas indevidamente.

O policial explicou que a fraude ocorre na fase de pré cadastro de veículos, quando saem da fábrica.

"O veículo sai da fábrica e recebe um número de chassi, aí entra no banco de dados do Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores). Contudo, quando o veículo é vendido, exportado, ou adquirido pelo Exército, por exemplo, a alimentação com dados ao Renavam é interrompida. Ou seja, os criminosos usam essa brecha para obter o número dos chassis e usam eles para 'esquentar' (legalizar) outros veículos, em alguns casos roubados", explicou em coletiva de imprensa nesta quinta.

A suposta participação dos funcionários do Detran, apontam as investigações, seria justamente em contribuir para a clonagem deste tipo de veículo

mencionado pelo delegado.

Os suspeitos, ainda de acordo com as investigações, faziam o abatimento ilegal dos veículos - sendo a maioria caminhonetes - e os emplacavam indevidamente.

Com isso, eles conseguiam abatimento entre R\$ 30 mil e R\$ 40 mil, vendendo em seguida os veículos, sem recolhimento de impostos.

Dos R\$ 500 milhões de prejuízos estimados pela PF, cerca de R\$ 35 milhões já foram recuperados, em dez meses de trabalho.

Além dos 85 funcionários do Detran afastados de São Paulo, também foram demovidos de seus cargos, a pedido da Justiça, outros sete em Tocantins, além de três em Minas Gerais.

Os suspeitos poderão responder pelos crimes de inserção de dados falsos, financiamento fraudulento, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Os mandados de busca e apreensão, assim como os de prisão, foram cumpridos por 400 agentes federais em São Paulo, Minas Gerais, Tocantins, Pará, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraíba, Ceará, Paraná, Pernambuco e Maranhão.

02-mar-22 | 8:02 AM BR T



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA MGE TRANSMISSAO SA, NIRE 33.3.0029269-1, PROTOCOLO 00-2022/343027-7, ARQUIVADO EM 03/05/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004871108, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> 104.698.767-43	FILIPE DOS SANTOS DE OLIVEIRA

03 de maio de 2022.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MGE TRANSMISSAO SA

NIRE: 333.0029269-1 Protocolo: 00-2022/343027-7 Data do protocolo: 29/04/2022

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 03/05/2022 SOB O NÚMERO 00004871108 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 71CCF5CA6C3CC28DF3B61AC02B82C56C8C18793B0CF6FD87F94A2586E65C74CA

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 10/10